

DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ E CONTRIBUIÇÕES CRIATIVAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA

Marcos Sardá-Vieira¹

Resumo: Com base em retrocessos radicais da política brasileira da atualidade, ao reforçarem a heteronomia reprodutiva da família tradicional e as condições de privilégio à propriedade privada, enquanto dispositivos estratégicos de apegos e resiliências neoliberais, o objetivo deste artigo é refletir sobre a importância das representações LGBTQIAPN+ enquanto potência estética e criativa para a subversão de processos de apreensão da cidade ao contrapor os moldes convencionais de reificação heterocispatriarcal, marcada por relações de hierarquia, violência, exclusão e desigualdades. O procedimento de pesquisa se organiza pelo método de revisão bibliográfica, observação incorporada e argumentação crítica sobre os fenômenos socioculturais recentes, implicados por discursos moralistas e segmentações socioespaciais. Ao final, considera-se que as alianças políticas e comunitárias associadas às dissidências de gênero e sexualidades correspondem às práticas sociais de resistência, que muito contribuem para ampliar os direitos políticos; mas também para superar seus pressupostos mais fundamentais relativos à emergência do utopismo social em seus processos históricos recentes, ao persistir na equidade de direitos para todas as pessoas.

Palavras-chave: Cidade contemporânea; Representações LGBTQIAPN+; Criatividade.

LGBTQIAPN+ diversity and creative contributions to the contemporary city

Abstract: Based on the radical setbacks in current Brazilian politics, which reinforce the reproductive heteronomy of the traditional family and the privileged conditions of private property as strategic devices of neoliberal attachments and resilience, the aim of this article is to reflect on the importance of LGBTQIAPN+ representations as an aesthetic and creative force for subverting processes of appropriation of the city, countering the conventional forms of heterocispatriarchal reification marked by relations of hierarchy, violence, exclusion and inequalities. The research procedure is organised around the method of bibliographical review, incorporating observation and critical argumentation of recent socio-cultural phenomena implied by moralistic discourses and socio-spatial segmentations. In the end, it is argued that the political and community alliances associated with gender and sexuality dissidence correspond to social practices of resistance that do much to extend political rights, but also to overcome their most fundamental assumptions regarding the emergence of social utopianism in its recent historical processes, by persisting in equal rights for all people.

Keywords: Contemporary city; LGBTQIAPN+ representations; Creativity.

Diversidad LGBTQIAPN+ y aportaciones creativas a la ciudad contemporánea

¹ Doutor e mestre em Ciências Humanas, bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Desenvolve pesquisas relacionadas à arquitetura das cidades contemporâneas e aos estudos de gênero e sexualidades.

Resumen: A partir de los retrocesos radicales de la política brasileña actual, que refuerzan la heteronomía reproductiva de la familia tradicional y las condiciones de privilegio de la propiedad privada, como dispositivos estratégicos de apego y resiliencia neoliberal, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre la importancia de las representaciones LGBTQIAPN+ como potencia estética y creativa para subvertir los procesos de aprehensión de la ciudad y oponerse a los moldes convencionales de reificación heterocispatriarcal, marcados por relaciones de jerarquía, violencia, exclusión y desigualdad. El procedimiento de investigación se organiza en torno a la revisión bibliográfica, la observación incorporada y la argumentación crítica sobre fenómenos socioculturales recientes implicados por discursos moralistas y segmentaciones socioespaciales. Finalmente, se considera que las alianzas políticas y comunitarias asociadas a la disidencia de género y sexualidad corresponden a prácticas sociales de resistencia que contribuyen a ampliar los derechos políticos así como a superar sus presupuestos más fundamentales en cuanto a la emergencia del utopismo social en sus procesos históricos recientes, al persistir en la igualdad de derechos para todas las personas.

Palabras clave: Ciudad contemporánea; Representaciones LGBTQIAPN+; Creatividad.

Introdução

Dado o condicionamento do espaço público e do direito à propriedade privada ser amplamente negligenciado aos grupos estigmatizados por marcadores sociais como gênero e dissidências sexuais, defende-se neste artigo a necessária continuidade em promover experiências criativas, justamente, quando revelam sua predisposição antagônica diante deste sistema de reproduções antidemocráticas, de negação da alteridade cotidiana e de cerceamento da liberdade de ir e vir com segurança e respeito.

Abdicar do direito à cidade enquanto espaço de interações sociais, reconhecimento cultural e visibilidade é uma constante na vida de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, pessoas não binárias e tantas outras identidades/corporalidades marcadas com estigmas e injúrias devido à sua dissidência para com a heterocisnORMATIVIDADE. Esta exclusão moral e dimensional permanece recorrente, apesar de este público, desapegado das convenções sociais reprodutivas, apresentar diferenciais criativos para transformar o mercado profissional e acadêmico a partir de novos parâmetros de vida. São produtos, discursos, estilos de vida, comportamentos e tendências a serem descobertas no ômago dessa pluralidade estética, na qual cada pessoa LGBTQIAPN+ costuma trazer consigo a experiência de valorizar suas singularidades e almejar respeito por isso. Aqui o

entendimento por direito à cidade refere-se tanto a ideia de uma vida melhor e mais digna para todas as pessoas que vivem na cidade capitalista, onde o valor de uso (e não o valor de troca) possa reger a produção do espaço urbano (LEFEBVRE, 2008), quanto dimensão jurídico-institucional para reduzir as desigualdades e exclusões territoriais das camadas mais precarizadas da sociedade (TRINDADE, 2012), assim como na visão de maior compartilhamento representativo do espaço público das cidades para a maior diversidade de interesses e culturas.

Para Richard Florida (2011), a ascensão da classe criativa pujante, que traz consigo inovação substancial para a economia, perpassa por transformações significativas de valores, normas e atitudes e está intimamente vinculada às condições de qualidade e criatividade promovidas nos lugares onde estas pessoas criativas escolhem viver e trabalhar. Para o autor, a diversidade e a abertura destes grupos e indivíduos parte, entre outros aspectos, de sua postura autônoma e flexível em desafiar classificações baseadas em gênero, raça/etnias, aparências e orientações sexuais. Neste sentido, a própria experiência de exclusões particulares leva esses grupos a preferirem à diversidade de interações socioculturais como sinal de que nessas condições situacionais as pessoas fora do padrão seriam bem-vindas. Tal requerimento, portanto, traz conotações políticas importantes para os modos de vida contemporâneos que, de acordo com o autor, vêm mobilizando empresas e comunidades norte-americanas, assim como centros de fomento criativo em outros países ocidentais (FLORIDA, 2011).

Nesse sentido, considera-se que o utopismo almejado para a cidade contemporânea, no incentivo às artes, aos ofícios, à diversidade estética e comportamental, tende a gerar um ambiente favorável para estimular a criatividade em diferentes áreas do conhecimento e da cultura, a exemplo do que acontece em grandes cidades como Nova Iorque, Berlim e São Paulo. Isso ao menos, em relação aos processos mais inusitados de descobertas desta classe criativa, que parte da noção de se descobrir como sujeito autônomo e político pelo reconhecimento e a sociabilidade junto a identidades, expressões de gênero e sexualidades plurais, tendo as metrópoles ocidentais como ambiente propício para a renovação de convenções sociais e tendências de consumo. Dito isso, surgem as seguintes indagações: em que sentido os movimentos sociais ligados às políticas de gênero e sexualidades configuram este lugar de subversão às convenções conservadoras e reprodutivas? Para além do hedonismo associado às minorias性uais, quais contribuições

fomentariam as novas criações estéticas e inovações socioculturais? Afinal, qual a importância de suas presenças estéticas na esfera pública enquanto potência transformadora do espaço urbano contemporâneo?

A dimensão artística é aqui compreendida como contracorrente da produtividade capitalista, no sentido de resgatar o pouco que resta do espírito humano, no que já deflagraram Simmel (1983) e Benjamin (1987) em décadas anteriores, ao não se submeterem displicentemente à mentalidade (neo)liberal de constituição dos sujeitos contemporâneos. Ao mesmo tempo, a arte mais como expressão de autonomia e insubordinação, também torna possível criar uma atmosfera particular quando vinculada aos movimentos sociais e grupos identitários subversivos, interseccionando-se eventualmente com estéticas *outsiders* em relação ao estilo mais convencional e hegemônico da indústria cultural.

Esta criatividade estética de estilos de vida e concepções artísticas, neste caso, também está relacionada com a potencialidade inovadora, propulsora do desenvolvimento cultural e, até mesmo, econômico. Entretanto, esta inovação não é compreendida aqui em seu sentido imediato, normalmente vista em associação necessária com o desenvolvimento tecnológico ou com o desenvolvimento empresarial, em alusão ao sentido “inovador” de investimento econômico em autopromoção (LENCIONI; TUNES, 2022). Na verdade, trata-se aqui da inovação no sentido utopiano: em produzir novos comportamentos e sociabilidades que passam a ser incorporados por discursos e materialidades a partir de uma concepção estética singular, não apenas no campo das ideias, mas no sentido de sua realização concreta. Afinal, infere-se que neste potencial inovador a partir desses novos arranjos socioculturais subalternos também se agregam estratégias para garantir o direito à cidade (ANDRADE; MENDONÇA, 2022).

Enquanto procedimento metodológico, esta reflexão interdisciplinar tem na argumentação teórica crítica o método norteador para explorar, através da revisão bibliográfica e da observação incorporada² (com base em vivências de morar e visitar outras cidades na Europa e América Latina durante períodos de investigação e pesquisa), a compreensão do que falta se tornar evidente na urbanidade de grupos *outsiders*, ou mesmo marginalizados, principalmente, em se tratando de

²Observação incorporada, de maneira pontual, define-se como um estado de maior atenção e abertura cognitiva para as experiências de apreensão das informações, ações e interações socioculturais no ambiente de interesse da investigação (RHEINGANTZ, 2004).

cidades menores e localizadas em países periféricos (STAKE, 2011; RHEINGANTZ, 2004).

No campo das pesquisas qualitativas, a interdisciplinaridade torna-se uma oportunidade para novas vinculações entre as áreas de conhecimento, inclusive, ao fomentar diferentes caminhos, poucas vezes abordados por áreas disciplinares. Assim, através da interdisciplinaridade é possível ampliar a compreensão dos conhecimentos restritos em suas áreas, iluminando "aquele ponto cego da visão unidimensional" (MINAYO, 2010, p. 442). Em complemento a esta visão, Héctor Ricardo Leis (2011, p. 109) destaca a interdisciplinaridade como "um movimento dialético de apreensão das diferenças em uma totalidade que não as anula, mas que as potencializa e eleva para outro patamar". Uma tensão permanente e criativa dos conceitos e teorias, preenchendo possíveis vazios deixados pelas disciplinas especializadas e contradizendo os marcos epistemológicos já consagrados.

Nessa feição subversiva contra a ordem disciplinar, portanto, discorre-se ao longo deste artigo sobre a importância da representação estética queer no fomento de novos processos criativos e inovadores, entre aquelas expressões e experimentos artísticos disruptivos que não participam diretamente da indústria cultural, ainda que possam ser por ela cooptados. Assim, apresenta-se a constituição da urbanidade contemporânea enquanto campo de atuações possíveis para a existência associativa destes grupos *outsiders*. Neste sentido, portanto, infere-se que esta atuação desapegada, porém, politicamente comprometida, diz respeito tanto à conquista do direito à cidade para as populações LGBTQIAPN+ quanto ao seu lugar de pertencimento produtivo e transformador dos modos de vida que estão por vir.

Convenções urbanas em contraste com a diversidade de pessoas

As cidades costumam refletir as condições socioculturais que nelas são mantidas. Em especial, no Brasil, as desigualdades se fazem presente na sua expressão territorial fragmentada³, tanto no meio urbano quanto no rural (GHIRARDO, 2002).

³Expressão territorial fragmentada refere-se as tendências de segregação das diferenças socioculturais na cidade contemporânea, principalmente, na separação entre classes ricas e pobres, como modo de garantir os privilégios de determinados grupos em detrimento do ostracismo ao qual são mantidas as populações mais vulneráveis. Esta fragmentação reflete o atual interesse das políticas públicas voltadas a distinção destes territórios entre os espaços *espetaculares* ligados ao consumo e, por isso, sujeitos ao maior interesse de investimentos públicos e privados, em detrimento dos espaços de *monitoramento e controle*, tratados como locais menos relevantes, marginais e periféricos (GHIRARDO, 2002).

Andrade e Mendonça (2022) discorrem sobre esta segregação social, no sentido da separação de grupos diferenciados e desiguais e na própria configuração da infraestrutura espacial para evitar a proximidade físicas destes grupos. Em realidades desiguais e hierárquicas como a brasileira, esta segregação tende a ser ainda mais contrastante na divisão entre centro e subúrbio, favela e asfalto, privilégio e precariedade (ANDRADE; MENDONÇA, 2022).

Estas segregações, normalmente, pouco favorecem os grupos mais estigmatizados e suscetíveis à violência das cidades, apesar de o meio urbano atual se definir como importante cenário para a constituição dos espaços de convivência social⁴. Uma vez que as cidades maiores e mais densamente habitadas oferecem maior diversidade humana, este aspecto contribui para a promoção de encontros entre diferentes pessoas, atendendo suas preferências particulares pelo maior número de opções.

Entre as carências pouco consideradas no contexto urbano, a necessidade das pessoas em obter prazer sexual⁵, por exemplo, costuma ser negada no âmbito público e convencional (PEREIRA; VIEIRA, 2020). De acordo com Alan Collins (2006a), esta relação entre espaço urbano e sexualidade costuma seguir variações de representação de diversidade e práticas sexuais de acordo com a dimensão urbana e na relação entre periferia e centralidade com outras cidades. Por isso, é comum as cidades maiores disporem de serviços e estabelecimentos voltados ao atendimento de atividades hedonistas, ou seja, aquelas atividades relativas ao lazer ativo, à contemplação e à sexualidade, usufruídas sem a necessária intenção de obter lucro. Exemplo desses espaços na cidade: restaurantes, bares, clubes noturnos, teatros, cinemas, centros culturais e esportivos, parques, praças e pontos turísticos. Normalmente disponíveis em áreas urbanas, estes espaços criam oportunidades para o cuidado com o corpo, a socialização, o encontro com outras pessoas, o

⁴Estes espaços de interação social e corporal são ainda mais importantes para a garantir a saúde física e psíquica das pessoas, cada vez mais atraídas pelas redes sociais digitais.

⁵A representação do prazer sexual é compreendida aqui como parte do dispositivo biopolítico de controle social regendo a vida das pessoas. Principalmente, daquelas que fogem à orientação de desejos e interesses (re)produtivos das políticas heterocispatriarcais. Neste sentido, as práticas sexuais permitidas (e mais visíveis) nas cidades costumam ser aquelas que favorecem os desejos de homens heterocisnormativos - tanto ao explorarem e induzirem o foco do desejo para as representações e corporalidades femininas, quanto na abertura de ambientes urbanos voltados a estes desejos. Em contraponto, qualquer desejo sexual que não parte de homens heteros normativos costuma ser marginalizado ou invisibilizado dos espaços formais da cidade, quando não são totalmente criminalizados e combatidos. Portanto, a expressão destes prazeres sexuais no âmbito público, ainda que atendendo ao campo de dominação masculina e das políticas heterocisnormativas, permanecem sob o controle dos meios biopolíticos, fundamentados pelo discurso científico e pela repressão moral conservadora, principalmente, para não se tornarem dissidentes da condição compulsória heterocisnormativa (PEREIRA; VIEIRA, 2020).

romance e as práticas sexuais entre diferentes identidades e orientações (ALDRICH, 2006).

Em metrópoles como Amsterdã e Paris, em médias cidades como Sevilla (Espanha) e Newcastle (Inglaterra), ou em cidades menores como Magdeburg (Alemanha), York (Inglaterra) e Lincoln (Nebraska/EUA), é possível observar diferenças e similaridades vinculadas à dimensão destas cidades, sua relativa importância na rede de fluxos regionais/globais e na oferta de estabelecimentos de lazer e sociabilidade voltados ao público LGBTQIAPN+ nos espaços urbanos. Mesmo havendo um processo de reconhecimento global do movimento gay, lésbico e transexual, devido ao incremento da comunicação através de telefones móveis, televisão, cinema, internet, redes sociais e fluxos migratórios, esse compartilhamento de informações e traços identitários não se traduz, necessariamente, em representação, linguagem e ambientações uniformes na maneira de espacializar os pontos de encontro, oferecer serviços ligados ao sexo ou, ainda, na configuração urbana de estabelecimentos queer. Todos estes aspectos que ampliam as redes de comunicação, física e digital, de alguma forma, vislumbram atender esta necessidade de socialização ao promover o encontro presencial entre as pessoas dentro de estruturas espaciais já consolidadas.

É neste sentido que Amin Ghaziani (2015) afirma que a sexualidade não possui uma expressão espacial singular. Cada localidade acaba definindo características próprias pela influência do mercado global, que também estabelece discursos e imagens padronizados, com os recursos econômicos e sociais disponíveis na localidade. Como se o domínio sobre cada localidade estivesse preso à naturalização do cotidiano do qual faz parte. Enquanto fatos que seguem como um enunciado natural para a compreensão das coisas, a possibilidade de criar outros parâmetros de identidades para além da expressão do gênero binário não se materializa como discurso, uma vez que não existe representação fora da linguagem (SALIH, 2013). Este enunciado, que fixa a estrutura de seus predicados com a naturalização do significado das coisas é válido tanto para a comunicação da verdade sobre o corpo das pessoas quanto para a definição de modelos de arquitetura das cidades a partir do cotidiano.

O espaço das cidades reflete o último grau de investimento para os valores sociais⁶. Se determinado contexto da

⁶Em geral, a constituição espacial das cidades corresponde a vários fatores simultâneos que viabilizam sua consolidação material. Neste sentido, tantos os seus valores culturais, artísticos e intersubjetivos, assim com os recursos humanos, técnicos e materiais estão diretamente representados nesta conformação urbana, que reflete diretamente as condições possíveis de articulações políticas, econômicas e socioculturais desta sociedade.

sociedade não possui representação de seus valores na cultura material, em especial, na arquitetura das cidades, isso significa que tais valores estão sendo refutados como pertencentes a esta sociedade, ainda que se originem dela. Ao mesmo tempo, esta sociedade, quando refuta valores divergentes do seu caráter hegemônico de reconhecimento, demonstra indícios de intolerância e violência diante do reconhecimento das diferenças (COELHO et al., 2014; CARRARA; SAGGESE, 2011). Quando se trata aqui da entidade sociedade, faz-se referência à cultura e aos valores predominantes que representam os lugares onde determinada comunidade escolhe investir seu tempo de vida em agrupamento. Portanto, o investimento dedicado a estes lugares de representação pública busca, principalmente, atender à expectativa predominante desta sociedade, estejam as pessoas conscientes ou não daquilo que realmente almejam.

Contudo, supõe-se que o não reconhecimento do outro como indivíduo de direito ao solo urbano compartilhado refere-se ao processo de alienação das pessoas, nos âmbitos cultural e educacional, ao deixarem de compreender que a cidade contemporânea é diversa na constituição de diferentes perfis sociais, com diferentes interesses, necessidades e representações. O estranhamento dentro do contexto da mesma cidade gera conflitos éticos e morais, devido ao caráter de intolerância no reconhecimento dessas diferenças e pela disputa de territórios de representação de cada identidade, em um sistema de controle e imposição daquilo que deve se tornar mais representativo.

Desfazer a concepção de categorias e interpretações binárias da realidade, distinguindo homens de mulheres e homossexuais de heterossexuais, não é suficiente para desestabilizar esses conceitos vistos como naturais dentro do cotidiano heteronormativo, que estrutura a inteligibilidade da realidade vivenciada e dos fatos urbanos que emolduram a percepção do real. A desconstrução destas normativas de enquadramento de vidas precisa ser incentivada através da educação das pessoas para o pensamento plural, relativizando as verdades dos discursos hegemônicos e produzindo outros conhecimentos na reinterpretação da realidade múltipla de corpos, desejos e identidades (MBEMBE, 2018; LEWIS, 2017).

Patrick Paul (2002) oferece ao imaginário um *status* positivo nas ciências da educação e das humanidades. Para ele, a imaginação torna-se um postulado das humanidades, onde “o imaginário é uma função essencial da potência de vida individual, da vida em sociedade e da vida das sociedades” (PAUL, 2002, p. 143). A importância de resgatar o imaginário, o

mito e os sonhos, segundo o autor, amplia a capacidade mental como diálogo possível entre diferentes áreas de domínio epistemológico, como as ciências, as artes e as religiões, que encontram possibilidades de estabelecer conexões reais por intermédio dos níveis imaginários.

A dimensão do imaginário, inclusive, também pode ser compreendida como utópica. Para Françoise Choay (2010, p. 6-7), “a utopia pertence ao universo da ficção” e apresenta sua eficácia não pela edificação do mundo construído, mas pela reflexão crítica da sociedade e pela “elaboração imaginária de uma contra sociedade”, onde o ato de projetar já é uma utopia, não importando que a obra seja construída. Por isso, na possibilidade de confrontar diferentes conteúdos epistemológicos, a utopia e a imaginação tornam-se pontos de referência importantes na construção deste percurso interdisciplinar, justamente, na possibilidade de superar a factibilidade da realidade que é apresentada como parâmetro de normalidade.

No sentido contrário, a falta de imaginação seria uma maneira de manter as pessoas vinculadas à mesma concepção de vida. Na medida em que os grupos sociais estabelecem seus territórios no mesmo nível de realidade e procuram atender a comportamentos civilizados, as sexualidades, como prática social, tendem a ser naturalizadas e escondidas dos discursos e representações. Isto é, quando todos e todas seguem o fluxo de funcionamento da cidade, é esperado que as sexualidades individuais estejam mais alinhadas às normativas da heterossexualidade tanto quanto possível. É neste sentido que as categorias sociais ligadas aos comportamentos, aos desejos, às performatividades, ao trabalho e à representação do mundo físico voltam-se para estas categorias normativas, no arranjo de orientações espaciais predominantes e pelos movimentos e fluxos preestabelecidos. Aponta-se com isso, que a representação do espaço, na maneira como são incorporados significados e discursos ideológicos, agrupa valores de uma cultura material em associação direta com o nível de esclarecimento para a diversidade de pessoas que compõem a cidade e pela maneira como as identidades de gênero e sexualidades são interpretadas pelas pessoas enquanto experiência de privações, muito mais do que de prazeres.

Apesar das resistências e dos avanços diante de questões legais e da segurança de manifestações queer em público, Frédéric Martel (2013) considera a existência de uma revolução de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais em marcha. Ao avaliar quarenta e cinco países, entre nações *gay friendly* (como Estados Unidos e Holanda) e outras nada tolerantes

(como Rússia e Arábia Saudita), ele aponta as mudanças culturais globais e a cultura digital na difusão do estilo de vida gaynorte-americano, que, apesar de partir desta referência cultural, não se traduz na uniformização das subculturas localizadas entre os diferentes países e continentes. Segundo Martel (2013), a militância global LGBTQIAPN+ também apresenta traços singulares da cultura local. Porém, as mesmas redes sociais que permitem o encontro e o reconhecimento virtual de sujeitos e comunidades *queers* no contexto global, nem sempre dispõem de estabelecimentos comerciais e vida comunitária com os quais possam estabelecer relações pessoais voltadas ao prazer.

Com estas ausências, também é possível perceber que o tamanho da cidade influencia no reconhecimento social de identidades e desejos dissidentes de grupos e indivíduos, desde o tratamento abjeto dado aos homossexuais e transexuais nas pequenas até o anonimato do ser estranho nas grandes cidades. Através de visitas a diferentes cidades na Europa e na América Latina, observou-se que quanto menores são as cidades, mais nítidas se tornam as delimitações sociais, por haver uma noção de grupo mais homogênea e mais sujeita às condições impostas pela cultura hegemônica. Ao contrário disso, quanto maiores são as áreas urbanas, mais esses conjuntos hegemônicos perdem sua carga como referência principal, diluindo-se num âmbito de maior diversidade humana e cultural.

Porém, qual o ponto de equilíbrio para a configuração simultânea de territórios dissidentes dentro de cidades onde a heteronormatividade define regras, representações e infraestrutura? Considerando-se que as relações de poder costumam ser exercidas “por meio do reconhecimento e aceitação de símbolos de legitimidade” (TUAN, 2012, p. 210), será que esses territórios dissidentes, dentro das metrópoles ocidentais contemporâneas, dizem respeito à conveniente assimilação da singularidade criativa LGBTQIAPN+ pelo sistema produtivo e pela biopolítica heterocisnormativa? Qualquer tolerância desses territórios *queers* em grandes cidades costuma se manter sempre sob vigilância e ameaça. Normalmente, a indefinição de possíveis territórios identitários gera desconforto para aqueles que vivem na convenção da cidade. “A clareza cognitiva (classificatória) é uma reflexão, um equivalente intelectual da certeza comportamental. Ocorrem e desaparecem juntas” (BAUMAN, 1999, p. 65). A percepção do estranho como um problema hermenêutico, classificado como indefinível, pode ser convertida em um conhecimento que falta, existindo possibilidade para se alcançar a certeza através da compreensão de um mundo diferente. Porém, quando os

estranhos são percebidos como monstros inclassificáveis, tornam-se uma ameaça à ordem do mundo (BAUMAN, 1999).

Apesar dos riscos para as pessoas hedonistas ou que não se encaixam, totalmente, no ideal de heterossexualidade - voltado para o casamento monogâmico e reprodutivo -, as grandes cidades costumam atender aos seus desejos mais incomuns. Por isso, este contingente plural de pessoas é extremamente influenciado pelas oportunidades de prazer, consumo e de sociabilidades oferecidas nas grandes cidades, inclusive, na definição de vínculos de satisfação com as metrópoles, ao ocuparem moradias, locais de trabalho e perfis nas redes sociais (FORTES, 2009; COLLINS, 2006). Dito isso, as metrópoles costumam ser os lugares propícios para as representações LGBTQIAPN+ neste início de século 21, estabelecendo o âmbito de vivências originais a partir de experimentações divergentes da convenção heterocisnformativa. O que torna possível compreender, por outro lado, que o fato de a heteronormatividade cisgênero ser predominante nas cidades menores é uma questão de distância, tanto no espaço quanto no tempo⁷. Afinal, quantos anos de discursos de desnaturalização seriam necessários para que a heterossexualidade compulsória e o gênero binário deixassem de combinar a única maneira de as pessoas se orientarem⁸ legitimamente em pequenas cidades, sem o risco da exclusão social, da violência e do assassinato motivado pelo preconceito? Será que o tempo de cada cidade segue a mesma referência linear dos espaços centrais?

Nesse contexto, considera-se que as cidades grandes são mais propícias à formação de zonas de penumbra em áreas públicas e coletivas, o que reduz a distinção entre dois lados na interpretação dominante⁹ (SARDÁ-VIEIRA, 2022). Fora deste contexto de maior evidência, diante do anonimato ou pelo efeito dispersivo da multidão, a diversidade ganha força com manifestações espontâneas e plurais na definição de espaços transitórios. Ainda assim, algumas pessoas justificam suas vidas nas pequenas cidades devido aos conflitos urbanos (poluição, violência, engarrafamento) e ao alto custo para se manterem nos grandes centros. Entretanto, Kevin Lynch (2015) destaca que, apesar de as grandes cidades apresentarem problemas vinculados à sua dimensão espacial e ao aumento dos custos para a sua manutenção, elas também proporcionam maior rendimento e produtividade do que as

⁷Como se o isolamento cultural e geográfico criasse uma relativa distância destas cidades menores em relação à ideia de futuro articulada e promovida nas metrópoles.

⁸Aqui o termo “orientarem” refere-se tanto ao espaço quanto aos desejos.

⁹A intenção aqui é problematizar a compreensão restrita da cidade através do contraste na delimitação do espaço urbano convencional, distinguindo entre público e privado, dentro e fora, oficial e marginal, heterossexualidade e dissidências sexuais, sem conformar possíveis áreas transitórias, também compreendidas como zonas de penumbra (SARDÁ-VIEIRA, 2022).

cidades menores (no caso, comparando a cidade média como mais rentável que a cidade pequena e a cidade grande como mais rentável que a cidade média), compensando os fatores negativos através de salários mais elevados, mais opções de trabalho, serviços e vida cultural (KUNZIG, 2013). Além de tudo isso, para a vida pública e privada de homossexuais, transexuais, bissexuais e pansexuais, viver nas grandes cidades amplia a possibilidade de vivenciar sua expressão de sexualidade com mais autonomia na esfera pública.

Outro aspecto relevante para destacar a relação entre dimensão do território e cultura de prazeres diz respeito ao isolamento de determinadas áreas urbanas em relação às cidades e metrópoles adjacentes. Em cidades pequenas que estão próximas de metrópoles, a carência na oferta de estabelecimentos e atividades da cultura do prazer não chega a ser um problema, desde que as pessoas possam efetuar deslocamentos curtos para acessar as atividades hedonistas que a metrópole tem para oferecer. Esse aspecto relativo ao isolamento também pode ser estabelecido em função do tempo de viagem para chegar nos grandes centros urbanos, no caso de as cidades menores contarem com boa infraestrutura e diferentes opções para o sistema de transporte.

Ainda assim, é importante considerar que as cidades de grande dimensão não seguem um formato padrão no atendimento de funções e eficiências. Para que uma concentração urbana de relativo sucesso, como é o caso de Nova Iorque, alcance eficiência e resolução urbana, existem “dezenas de áreas problemáticas com altíssimo grau de exclusão social, violência, poluição e carências em mobilidade” localizadas na periferia (LEITE, 2013, p. 27).

Estes aspectos relativos à dimensão urbana e ao seu caráter de centralidade em relação a outras cidades são relevantes para a definição de quanto o espaço urbano se torna mais receptivo para a performatividade queer. A delimitação desse fator de receptividade e hospitalidade urbana não diz respeito apenas às sexualidades e performatividades não hegemônicas. Este aspecto é importante também para a qualidade dos valores incorporados na vida cotidiana e no caráter estético da cultura material.

O certo é que não existe a configuração ideal para o modelo de cidade, de maneira que possa atender a todas as demandas sociais, inclusive, àquelas mais específicas e originais, voltadas, normalmente, para grupos minoritários formados por artistas, coletivos e pessoas em busca de novas referências e experiências de vida.

Inovações criativas e transformadoras advindas de coletivos contra-hegemônicos

Boa parte das vanguardas artísticas, culturais e dos modos de vida e produção da contemporaneidade surgiu a partir de grupos e indivíduos que não buscavam, necessariamente, o sucesso e a produtividade neoliberal, no sentido de estarem subordinados aos pressupostos da maximização dos lucros a serem acumulados por pessoas jurídicas e interesses privados, criando um sistema político bastante influenciado pelos interesses econômicos, livre concorrência e alienação produtiva. Pelo contrário, as vanguardas mais significativas enquanto rompimento com os modos de vida convencional surgiram de uma legítima espontaneidade de movimentos revolucionários, artísticos e contra-hegemônicos.

Ideias mais representativas podem ser destacadas por alguns pensadores individuais, como líderes que mobilizam multidões. Entretanto, para que as boas ideias sejam levadas adiante e gerem influências transformadoras, é necessário o trabalho coletivo, desde equipes de trabalho inter/multidisciplinares até a formação de um grande contingente de pessoas para dar sentido ao processo revolucionário em si. A importância do processo de criação artística, nesse sentido, está diretamente associada à capacidade de fugir das concepções de criação preestabelecidas e na formação de processos particulares (subjetivos e intersubjetivos) de sair do lugar comum para se alcançar um novo parâmetro estético e de comportamentos.

Nesse contexto, retoma-se a noção do fomento inovador promovido por algumas metrópoles mundiais. Parece existir um caráter de centralidade em relação às diferentes cidades globais diante dos processos de vanguarda, na formação de novas ideias e significados quando associados aos produtos, estilos de vida e comportamentos.

Atualmente, as imagens e discursos que se propagam através da televisão e da internet são meios de divulgação dessas novas tendências, com mais agilidade e abrangência de público. Entretanto, não são estes os meios responsáveis pela criação dos novos conteúdos a serem vinculados à cultura. Esses processos mais autênticos e espontâneos surgem no cotidiano dessas grandes cidades, muitas vezes, em recantos menos espetaculares. Inclusive, foi do universo de marginalização, por exemplo, que surgiu a cultura *punk* nos anos 1970, em Londres, na Inglaterra.

Tal concepção estética, em princípio *outsider*, acabou por influenciar os meios de comunicação, a música, a estética e o comportamento da juventude nas décadas seguintes. Porém, sua origem como fenômeno urbano é revolucionária, partindo da insatisfação de jovens com as crises econômica e política de seu país. Portanto, apenas após o primeiro momento de repressão contra os grupos *punks* que ameaçavam a ordem das ruas, o movimento ganhou força por sua manifestação disruptiva através da música e pela identidade singular explorada pela expressão do corpo e de novas indumentárias (GALLO, 2008; CAIAFA, 1985).

O antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1977) destaca o surgimento dos movimentos de vanguarda ligados às atividades artísticas e intelectuais no âmbito das sociedades complexas e da vida metropolitana, criando domínios com sua capacidade de autolegitimação mesmo quando são restringidos e coagidos em algumas conjunturas políticas ou em períodos históricos. Para ele, o entendimento de vanguarda estaria vinculado ao estado de espírito revolucionário, devido à “preocupação de se renovar, de não ficar parado, estático” (VELHO, 1977, p. 27). O autor destaca, ainda, que o movimento de vanguarda se caracteriza por um medo de se tornar burocrático, isto é, vinculado ao sistema hegemônico de comercialização e regulamentação produtiva. Assim, para o antropólogo:

As posições mais assumidamente vanguardistas teriam, pelo menos, como projeto dispensar os benefícios e homenagens do *establishment*. Procurar canais de comunicação próprios, desvincular-se dos interesses comerciais, são meios de reafirmar uma identidade e independência. No entanto, torna-se muito difícil encontrar grupos ou indivíduos que desempenhem esse papel plenamente, sem a necessidade de revê-lo e redimensioná-lo até com alguma dramaticidade. A categoria de acusação *oportunista* pode ser acionada contra esses indivíduos e grupos. Trata-se de um processo aparentemente sem fim que marca verdadeiros ciclos de formação de grupos no mundo artístico-intelectual. A reelaboração e revisão de fronteiras internas e externas vincula-se a esse processo, com a fabricação constante de *outsiders* e desviantes (VELHO, 1977, p. 36).

De qualquer forma, algumas cidades parecem apresentar melhores condições ambientais do que outras para fomentar a inovação em processos criativos. Segundo Barbara Freitag (2012, p. 86), interpretando a obra *Cities of tomorrow*, de Peter Hall (1995), existe uma “constelação privilegiada de fatores” e um período específico que destaca a produção cultural de uma cidade em relação às outras, tornando-a um caso de

sucesso pela sua singularidade. Este fator *sui generis* alcançado por algumas cidades – como foi o caso de Atenas, no século 5 a.C., de Florença, entre 1400 e 1500, de Viena ao ser reconhecida como capital da música entre os séculos XVIII e XIX, de Paris ao atrair um grande contingente de artistas no período *belle époque*, entre 1870 e 1910, e de Berlim, no período de 1918 a 1933, com seu fomento cultural e dissidente únicos durante a República de Weimar – pode estar relacionado com o desenvolvimento material das respectivas nações, com o fomento à circulação de informações e conhecimentos e com a presença de gênios criadores, que buscaram nestas cidades o suporte para expressar e aplicar suas ideias, no campo das artes, das ciências e da filosofia. Freitag (2012) também considera a possibilidade de estes três fatores estarem relacionados, onde as condições materiais e técnicas tornam possível a realização das utopias dos gênios e das personalidades. Outro fator importante seria a atitude cosmopolita destas metrópoles para serem chamadas de cidades criativas (FREITAG, 2012).

Segregações, gentrificação e precariedades socioespaciais

Algumas metrópoles norte-americanas com seus enclaves estabelecidos pela comunidade LGBTQIAPN+, como São Francisco, Los Angeles e Nova Iorque, há poucos anos estão acompanhando o fenômeno de dispersão populacional na busca por outros bairros onde os sujeitos possam estabelecer suas vidas sem a noção de comunidade *gay friendly*. Ghaziani (2015) comenta que este efeito de desmantelamento dos enclaves *queers* em várias cidades norte-americanas é parte da gentrificação destes bairros pela valorização e aumento dos custos de aluguéis, ou mesmo, devido ao interesse de alguns sujeitos dessa comunidade em fugir desse território de representação homonormativa¹⁰.

Os processos de gentrificação para a exploração econômica dos bens materiais e do solo urbano quase sempre têm como justificativas a necessidade de renovação cultural, a instalação de entretenimento e a substituição de “antigas estruturas degradadas” (VASCONCELLOS, 2013, p. 249). Mas, é certo que a instalação dessas requalificações urbanas e arquitetônicas também costuma relacionar valores materiais e aparências que já estão estabelecidas pelo reconhecimento de um público consumidor, que detém as condições de privilégios

¹⁰ Homonormativo refere-se à normatividade também presente em guetos ou enclaves urbanos identitários onde a cultura homossexual costuma ser reproduzida e homogeneizada.

econômicos, apesar de não serem estes sujeitos e grupos de trabalho os principais responsáveis pelo surgimento da classe criativa e que costumam ser atraídos para contextos urbanos que qualificam seus espaços de sociabilidade, cultura e vida artística (FLORIDA, 2011).

Este aspecto de investir em políticas públicas para qualificar o movimento e o fluxo de informações, pessoas e mercadorias também é um parâmetro interessante para observar o grau de tolerância para a diversidade em contraponto aos lugares mais isolados e monofuncionais vinculados ao conservadorismo e às tradições locais que se perpetuam pela ausência de influências externas recorrentes. A área central de uma pequena cidade que possui rodoviária; cidades de beira de estrada; a aglomeração urbana que se forma no entorno de aeroportos, portos e estações ferroviárias — são formações espaciais características dos lugares vinculados ao maior movimento de informações, que desenvolvem aptidões e atividades em função do que esse movimento de entradas e saídas pode proporcionar.

Contribuições das teorias de gênero e sexualidades para a cidade inclusiva

Existe uma relação intrínseca entre a conformação da cidade moderna e o predomínio dessas regras no cotidiano da população para ampliar suas aptidões, em um sistema de controle e economia. De acordo com Sposito (2012), os interesses de ampliar a produção industrial e o mercado de consumo requereram o fortalecimento e a articulação entre os lugares para a divisão territorial-social do trabalho, repercutindo na transformação espacial das cidades com base no desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, segundo Foucault (2014), a formação de tecnologias de controle e disciplina, vinculadas ao biopoder, legitima um sistema de saber da sexualidade, proliferando discursos, prazeres e poderes na definição da orientação sexual oficial, nos meios de reprodução e na sujeição dos corpos da população.

Desta maneira, a conformação dessa realidade urbana pela modernidade ocidental, ao longo dos dois últimos séculos, requereu a intervenção sobre a saúde, a estética e a sexualidade da população citadina, além de mudanças na configuração espacial. Por isso, a presença dos contrastes sociais e da pasteurização estética refere-se à perpetuação desta concepção, principalmente, na maneira como a

sociedade se estratifica por hierarquias de classe, de gênero e da própria hierarquia dos corpos, distinguindo entre a regra e a exceção (CHOAY, 2010).

De acordo com a feminista e escritora Adrienne Rich (2010), a heterossexualidade representa este sistema de poder compulsório que determina uma utopia hegemônica na maneira como se deve conduzir as próprias relações e desempenhar o próprio gênero. Longe de ser natural, a heterossexualidade impõe desvantagens e falsos binarismos que instituem inferioridade à homossexualidade e ao feminino diante da supervalorização da heterossexualidade e do masculino. Para a autora, a heterossexualidade como instituição e como poder estabelece comportamentos e expectativas normativas, e qualquer desvio destas normas é visto como perigoso.

Ampliando o caráter compulsório da heterossexualidade, os estudos sobre masculinidade hegemônica, de Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013, p. 255), apontam a presença da dominação masculina como uma rede de prática social organizada com base na estrutura das relações de gênero ao longo da história, “que permite a continuidade da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres”, apesar de nem sempre a hegemonia estar associada aos efeitos negativos desta dominação. Para os autores, a hegemonia pode apresentar diferentes configurações, que variam de acordo com as dinâmicas dos processos sociais. Apesar de a masculinidade hegemônica estar vinculada à naturalização das diferenças entre homens e mulheres, existem mudanças no comportamento de representação masculina diante das hierarquias apontadas entre as masculinidades hegemônicas e subalternas, articuladas enquanto necessidades interacionais. Na distinção entre identidade de gênero e práticas sociais:

Os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estratégicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. Consequentemente, a ‘masculinidade’ representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 257).

Ainda, para estas autoras, a hierarquia das masculinidades torna padronizada a estrutura hegemônica articulada entre diferentes escalas de influência (local, regional e global) sobre o comportamento de homens e mulheres, conforme acontece na reestruturação econômica e nas migrações de longa distância em escala global, ao remodelarem os padrões locais das relações de gênero. As influências dessas relações de poder multiescalar e multidimensional, portanto, configuram

barreiras ainda mais restritivas para qualquer atuação performática não uniformizada pela heterossexualidade. Esta posição dominante na ordem do gênero estabelece vantagens materiais e privilégios de mobilidade e direcionamento do espaço e da aparência urbana, permitindo maior liberdade às performances heterossexuais sob a dominação masculina (BOURDIEU, 2012).

Os estudos de espaço e gênero, mais especificamente tratando das relações territoriais e humanas, tornam-se visíveis como reivindicação dos feminismos quando questionam a configuração espacial (no campo e na cidade) nos moldes do patriarcado. Os primeiros estudos surgiram a partir dos anos 1970, com essa percepção de que a localização das identidades dos sujeitos demarcava posições relativas também associadas às categorias sociais. A convenção desta demarcação costuma dividir o espaço por hierarquias binárias ligadas ao sexo biológico, entre privado e público, espaço doméstico e de trabalho, demonstrando a divisão desigual do espaço entre homens e mulheres, por exemplo. Portanto, essas pesquisas aumentam o foco do espaço geográfico, urbano e arquitetônico como campo de atuação das mulheres na medida em que procuram reelaborar a concepção do espaço social sob a dominação masculina.

No campo da arquitetura feminista os estudos de Jane Rendell, Barbara Pener e Iain Border (2000) remontam uma revisão prévia dos principais estudos relacionando gênero, espaço e arquitetura. Para essas autoras, esta problemática relativa ao gênero no campo de trabalho da arquitetura reivindica o reconhecimento dessas mulheres que, muitas vezes, têm suas práticas profissionais invisibilizadas no meio desta profissão sob a dominação masculina. Ainda, de acordo com Rendell, Pener e Border (2000), os primeiros estudos e análises das identidades de gênero e das sexualidades na relação com o espaço são da antropologia.

Também tratando da discriminação profissional das mulheres na arquitetura, María Novas (2014) apresenta a perspectiva patriarcal dominante na cultura ocidental, amparada pela objetividade científica e pela mecanização do funcionamento dos atores e dos saberes. Esse contexto relega um papel secundário (muitas vezes invisível) das mulheres no campo das práticas e das teorias arquitetônicas. Por isso, para a autora, os estudos de gênero em relação com a arquitetura representam a possibilidade de rever as atuações sociais, culturais e espaciais para avançar na constituição de uma cidade mais justa na relação entre homens e mulheres (NOVAS, 2014).

Fruto dos movimentos sociais que emergiram nos anos 1960 e 1970, as primeiras publicações mundiais referentes à geografia feminista surgiram a partir de grupos de investigações feministas das universidades e centros de pesquisa na Inglaterra. De acordo com Joseli Maria Silva (2009), entre esses trabalhos estavam as publicações das geógrafas feministas Linda MacDowell, Susan Hanson, Janice Monk, Dorren Massey, Gillian Rose, Mona Domosh, Liz Bondi e Joanne Sharp. Ainda, segundo Silva (2009), boa parte das discussões das primeiras geógrafas feministas foi para contestar o campo de trabalho da geografia sob o domínio dos homens, gerando discussões sobre os desafios a serem superados pelas mulheres para atingirem uma posição profissional e política, inclusive, na conciliação de seus trabalhos e da vida familiar.

Em todas as áreas das ciências sociais e humanas, as disciplinas que propuseram a sexualidade como categoria transversal de análise em seus estudos sofreram preconceito ou uma subordinação inicial antes de as primeiras pesquisas se tornarem efetivas. Na geografia, na arquitetura e no urbanismo não foi diferente. Questionando a falta de reconhecimento ou a invisibilização das sexualidades dissidentes (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, por exemplo) na sociedade ocidental, os estudos relacionando espaço e sexualidade procuram ampliar a condição do desejo e do comportamento sexual para além das relações espaciais configuradas pela heterossexualidade compulsória. Portanto, as pesquisas tratando desta temática questionam as restrições para a constituição dos lugares a partir das representações sociais e das performatividades. Por exemplo, na divisão binária entre público e privado, na concepção hegemônica da residência como um espaço nuclear para a constituição da família patriarcal, na imposição de regras para o juízo das práticas sexuais permitidas ou proibidas em determinadas áreas urbanas e, em geral, ao tratarem da visibilização dessas identidades e desses desejos não hegemônicos, sejam marginais ou oficiais, nos âmbitos do espaço e do território.

Na relação entre as temáticas gênero, espaço e sexualidade é alusivo o surgimento de novas fronteiras, que organizam diferentes performatividades sociais e culturais, separando-as por uma metodologia de alteridade misturada aos preconceitos e subalternizando categorias para dar espaço físico e social a outros modos de vida. Enfim, esta delimitação de categorias de gênero, sexo e orientação sexual segue o princípio básico do contraste ao estabelecer uma ordem dual para o que hoje se constitui como identidade: mulher, gay, lésbica, travesti, heterossexual, macho. A diferenciação binária

entre masculino-feminino, homem-mulher, homo-hétero, portanto, é uma maneira de hierarquizar os privilégios materiais e legais no reconhecimento dos sujeitos sociais a partir do seu corpo, como medida de regulamentação e controle da biopolítica. Estas categorias definem fronteiras de inteligibilidade para o gênero, o sexo e os desejos dos sujeitos, tendo como referência a matriz heterossexual.

Contudo, a visibilidade e representação social da dissidência sexual e das subculturas queer, em geral, são fatores bastante relevantes para viabilizar a representação desses grupos e indivíduos no espaço público sem o risco da violência e da coerção social. O que torna possível tais dinâmicas de desconstrução estarem presentes tanto nas festas de entrada restrita ao público LGBTQIAPN+ do bairro central *L'Eixample*, de Barcelona, nos bares temáticos *cowboy* da Zona Rosa, na Cidade do México, quanto em bares *cruising* do centro histórico de Bologna, nos fluxos do espaço público do *crossdressing* e da prostituição de travestis em Erechim (RS) e Canoinhas (SC), assim como, em bares fora do padrão e informais, próximos à rodoviária de Passo Fundo (RS). Independentemente do caráter de originalidade ou de repetição, de pequenas ou de grandes cidades, são nestes lugares ocupados por homossexuais, transexuais, *dragqueens*, configurando bares noturnos, festas coletivas e eventos de orgulho à diversidade de gênero e sexualidades, que a urbanidade é reinventada por dinâmicas de relacionamentos clandestinos, identidades coletivas e pela busca do prazer (inclusive o sexual), entre diferentes contextos de repressão, representatividade e viabilidades econômicas.

Conclusão

Ao refletir sobre o encadeamento da ação conjunta da coletividade na significação de objetos em um processo histórico (BLUMER, 1980) e na concepção do território urbano contemporâneo, construído pela dimensão da racionalidade ligada à geometria da rede de configuração funcional do espaço urbano (VIETTA, 2015; GIEDION, 2004), comprehende-se a constituição de significados e materialidades na *urbe* como resultado de repetições cíclicas de ação conjunta vinculadas ao domínio da masculinidade e da heterossexualidade compulsórias, com base na manutenção do biopoder, na apropriação da funcionalidade urbana e nos moldes ideológicos neoliberais (BROWN, 2019; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; BOURDIEU, 2012). Entretanto, para

amenizar esta alternativa hegemônica (e ecologicamente insustentável), talvez seja importante assumir uma nova economia de base solidário, nos termos de construir uma cidade cooperativa fora da reprodução do capital. Para isso, seria necessário assumir o protagonismo dos movimentos sociais "e a efetividade das políticas redistributivas", mobilizando boa parte da consciência crítica desta multidão queer pela reivindicação das injustiças e precariedades socioculturais presentes em seus cotidianos (LAGO; PETRUS; MELLO, 2022).

Ainda que em territórios de caráter periférico predomine a repetição dos estilos de vida pastiches, difundidos pelo turismo e pelas redes sociais a partir das experiências elaboradas e consolidadas nos países/cidades centrais, é possível constatar que as subculturas gays, lésbicas e transexuais, sob a influência subversiva do movimento queer, estão presentes com suas particularidades em diferentes territórios globais, centrais ou não. Considera-se, nestes termos, que as alianças políticas e comunitárias associadas às pessoas LGBTQIAPN+ de alguma forma estão conectadas e muito contribuem com suas vivências particulares, não só para superar as desigualdades e ampliar seus direitos políticos, mas também para compartilhar interesses relativos ao utopismo social de seus processos históricos comuns (HARVEY, 2009).

Nesse sentido, a busca por um caráter de singularidades, contrário ao de padronização, significa estabelecer um percurso de idealizações para elevar o caráter da criação para além das condições limitadoras atuais. Processo esse que requer dedicação, empenho, persistência e adaptação às oscilações ao longo deste tempo de incertezas. Mesmo sem saber aonde chegar, pode-se considerar que a excelência na descoberta de novas ideias está, justamente, quando se observa que o foco das pessoas envolvidas nessas atuações de vida diz mais respeito ao processo do que aos resultados, na medida em que os interesses especulativos não se sobreponham à possibilidade ética de cada pessoa em expressar sua essência estética particular.

Referências

ALDRICH, Robert. Homosexuality and the city: an historical overview. In: COLLINS, Alan (ed.). *Cities of pleasure. Sex and the urban socialscape*. London and New York: Routledge, 2006. p. 89-107.

ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira de. A questão da segregação. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros (org.). *Reforma Urbana e Direito à Cidade*:

DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ E CONTRIBUIÇÕES CRIATIVAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA

questões, desafios e caminhos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 129-144.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Prefácio: Marie Gagnebin. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. David. *Teorias da Comunicação: textos básicos*. São Paulo: Editora Mosaico, 1980. p. 119-138.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução: Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na cidade: a invasão dos bairros sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CARRARA, Sérgio; SAGGESE, Gustavo. Masculinidades, violência e homofobia. In: GOMES, R. (org.). *Saúde do homem em debate [online]*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 201-225. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6jhfr/pdf/gomes-9788575413647-10.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

COELHO, Virginia Paes; FERREIRA, Daniela Beatriz dos Santos; ALEXANDRIA, Ieda Francisco de Paulo Matias de; GOMES, Maria Angélica Varella. Reflexões sobre a violência: poder e dominação nas relações sociais de sexo. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, n. 2, p. 471-479, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3151/1226>. Acesso em: 19 nov. 2024.

COLLINS, Alan. Sexual dissidence, enterprise and assimilation: bedfellows in urban regeneration. In: COLLINS, Alan (ed.). *Cities of pleasure. Sex and the urban socialscape*. London and New York: Routledge, 2006. p. 159-176.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1: 424, p. 241-282, jan-abr, 2013.

FLORIDA, Richard L. *A ascensão da classe criativa*. Tradução: Ana Luiza Lopes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FORTES, Isabel. A psicanálise face ao hedonismo contemporâneo. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, [online], vol. 9, n. 4, p. 1.123-1.144, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-6148200900400004. Acesso em: 11 fev. 2025.

DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ E CONTRIBUIÇÕES CRIATIVAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. Punk: Cultura e arte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 747-770, jul./dez. 2008.

GHAZIANI, Amin. The Queer Metropolis. In: DELAMATER, John; PLANTE, Rebecca F. (Ed.). *Handbook of the sociology of sexualities*. New York: Springer, 2015. p. 305-330.

GHIRARDO, Diane Yvonne. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. Tradução de Alvamar Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. p. 19-53.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

KUNZIG, Robert. Solução Urbana: por que as cidades são o melhor remédio contra os males da superpopulação no planeta? In: *Cidades inteligentes*. National Geographic Brasil, São Paulo: Editora Abril, Edição Especial, 2013. p. 32-51.

LAGO, Luciana Corrêa do; PETRUS, Fernando; MELLO, Irene. Por uma cidade cooperativa. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros (org.). *Reforma Urbana e Direito à Cidade: questões, desafios e caminhos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 447-467.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEIS, Hector Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (ed.). *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Barueri, SP: Editora Manole, 2011. p. 106-122.

LEITE, Carlos. Onde tudo acontece. Entrevista concedida a Afonso Capelas Junior. In: *Cidades inteligentes*. National Geographic Brasil. São Paulo: Editora Abril, Edição Especial, 2013. p. 26-29.

LENCIOMI, Sandra; TUNES, Regina. A questão da inovação. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros (org.). *Reforma Urbana e Direito à Cidade: questões, desafios e caminhos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 425-445.

LEWIS, Elizabeth Sara. Teoria(s) Queer e performatividade: mudança social na matriz heteronormativa. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (org.). *Curriculum, sexualidade e ação docente*. 1. ed. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2017. p. 157-186.

DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ E CONTRIBUIÇÕES CRIATIVAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Tradução: Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa: Edições 70, 2015.

MARTEL, Frédéric. *Global gay* como la revolución gay está cambiando el mundo. Paris: Taurus, 2013.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, p. 435-442, 2010.

NOVAS, María. *Arquitectura y género: una reflexión teórica*. 1. ed. Castelló de la Plana/ES, 2014. Disponível em:
https://gruposhumanidades14.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/marc3ada-novas-arquitectura-y-gc3a9nero_una-reflexic3b3n-tec3b3rica.pdf
. Acesso em: 11 fev. 2025.

PAUL, Patrick. A imaginação como objeto de conhecimento. In: CETRANS (coord.). *Educação e Transdisciplinaridade II*. São Paulo: TRIOM, 2002. p. 120-154.

PEREIRA, Luiz Eduardo Minks. VIEIRA, Marcos Sardá. Lazer, gênero e sexualidades no espaço urbano central de Erechim. *Indisciplinar*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 300-325, 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29042>. Acess o em: 11 fev. 2025.

RENDELL, Jane; PENNER, Barbara; BORDEN, Iain. *Gender space architecture: an interdisciplinary introduction*. London and New York: Routledge, 2000.

RHEINGANTZ, Paulo A. De Corpo Presente: sobre o papel do observador e a circularidade de suas interações com o ambiente construído. In: *Anais do NUTAU'2004*. São Paulo: NUTAU/USP, 2004. Disponível em:
http://www2.gae.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/03/corpo_pres.pdf.
Acesso em: 11 fev. 2025.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberlal da ordem urbana brasileira. *Observatório das Metrópoles*, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:
https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas*, Natal: UFRN, n. 5, p. 17-44, 2010.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SARDÁ-VIEIRA, Marcos. Errância, devir queer e transição espacial nas ruas de Berlim. *Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 32, n. 3, p. 512-525, 2022. Disponível em:

DIVERSIDADE LGBTQIAPN+ E CONTRIBUIÇÕES CRIATIVAS PARA A CIDADE CONTEMPORÂNEA

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12624>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, Joseli Maria (org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. MORAES FILHO, Evaristo de (org.). FERNANDES, Florestan (coord.). Tradução: Carlos Alberto Pavenelli. São Paulo: Ática, 1983.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução: Karla Reis. Revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e Cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua Nova*. 87. São Paulo, p. 139-165, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jwkcWk7tfGHXfHLR85fKPcL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. Formas urbanísticas contemporâneas e o mundo virtual. In: SILVA, Gilcéia Pesce do Amaral; OLIVEIRA, Lisete Assen de (org.). *Arquitetura da cidade contemporânea: sobre raízes, ritmos e caminhos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 237-254.

VELHO, Gilberto. Vanguarda e desvio. In: VELHO, Gilberto. *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 27-38.

VIETTA, Silvio. *Racionalidade, uma história universal: cultura europeia e globalização*. Tradução: Nélio Schneider. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.